

O BANCO MUNDIAL E A REFORMA AGRÁRIA DE MERCADO NO NORTE DE MINAS

WORLD BANK AND THE AGRARIAN MARKET REFORM IN THE NORTHERN MINAS

Auricharme Cardoso de Moura

Universidade Federal de Uberlândia

Auri.historia@hotmail.com

RESUMO

A política de terras do Banco Mundial para a América Latina, conhecida como Reforma Agrária de Mercado (RAM), nas últimas décadas tem sido defendida como uma alternativa, rápida e eficiente, de acesso à terra por parte de trabalhadores(as) que estão na luta por este direito. Partindo deste contexto, o presente artigo procura descrever o “modus operandi”, propagação e resultados da RAM no Norte de Minas Gerais. Dados quantitativos e qualitativos foram usados como recursos metodológicos para a escrita do texto. No primeiro caso, verificamos os investimentos financeiros, famílias assentadas e hectares compradas em Minas Gerais e, especificamente, na região Norte; no segundo aspecto, o qualitativo, foram verificadas interpretações e vivências de pessoas que residem em propriedades adquiridas por intermédio da RAM, evidenciando seus desafios, conquistas e perspectivas. Usamos como fontes a entrevista oral, jornais, endereços eletrônicos, documentos do Banco Mundial e produções acadêmicas diversas que versam sobre a temática em questão. Nas considerações finais, avaliamos que a política de terras do Banco Mundial não foi capaz de resolver o problema da desigualdade de terras e de renda no Norte de Minas por ser seletiva e pautada em mecanismos que permitiram o avanço do neoliberalismo na região.

Palavras-Chave: Banco Mundial; Neoliberalismo; Reforma Agrária de Mercado; Norte de Minas.

ABSTRACT

The land policy of the World Bank for Latin America in the last decades, also known as Agrarian Market Reform (AMR), has been defended as an alternative, fast and efficient, for accessing lands by those workers who are fighting for this right. Based on this given context, the present article seeks to describe the “modus operandi”, propagation and results of the AMR in the northern Minas Gerais. Quantitative and qualitative data were used as methodological resources on this writing text. In the first case, we checked the financial investments, settled families and purchased hectares in Minas Gerais and, specifically, in the north region; in the second aspect, the qualitative one, interpretations and experiences of the people who live in the properties acquired through the AMR have been checked, highlighting the challenges; achievements and perspectives. We used as sources the oral interview, newspapers, electronic addresses, World Bank documents and academic productions versed on this matter in question. In the closing

remarks, we evaluated that the land policy of the World Bank was not able to solve the problem of land and income inequality in the North of Minas because it was selective and based on mechanisms that allowed the advance of neoliberalism in the region.

Keywords: World Bank; Neoliberalism; Agrarian Market Reform; Northern Minas.

INTRODUÇÃO

Surgido em 1944, por iniciativa do presidente norte-americano, Franklin Delano Roosevelt, o Banco Mundial (BM) procurou oferecer assistência aos países atingidos pela Segunda Guerra Mundial, atuando na reconstrução e no desenvolvimento destas nações através de empréstimos que fomentariam sua produção agrícola e industrial e, em tese, tornaria viável um crescimento equilibrado do comércio internacional e ajuste na balança de pagamentos.

Criado nos Estados Unidos e a serviço dos Estados Unidos, o Banco Mundial tem estreitas relações com o Fundo Monetário Internacional (FMI), nascido na mesma época. Com 184 Estados-membros e atuando em cerca de 100 países, inclusive o Brasil, o Banco Mundial restringe seus empréstimos aos integrantes do FMI. Segundo Mônica Dias Martins:

As resoluções sobre orçamento, empréstimos, gastos com operações e estratégias de assistência são tomadas por apenas oito países (Alemanha, Arábia Saudita, China, Estados Unidos, França, Inglaterra, Japão e Rússia), detentores de uma cadeira permanente no Conselho de Diretores-Executivos composto por um total de 24. As demais nações, agrupadas em 16 blocos, elegem, a cada biênio, seus representantes. O voto é proporcional à contribuição monetária do país (cotas-parte do capital subscrito), em vez de respeitar o princípio “uma nação, um voto”, que rege o sistema da Organização das Nações Unidas (ONU). Como o maior acionista, 17,87% das ações, o governo dos Estados Unidos decide as matérias importantes que requerem 85% dos votos, tem prerrogativa de veto e indica o presidente da instituição, tradicionalmente um norte-americano (MARTINS, 2005, p.03).

Durante a Guerra Fria, quando o mundo estava polarizado entre socialismo soviético e capitalismo norte-americano, o BM tornou-se um meio de difundir o espírito do capitalismo, de forma dependente, em países da América Latina, Ásia e África. Neste contexto, a noção de desenvolvimento foi forjada nos EUA como política e ideologia a ser difundida globalmente, visando à expansão do capital visto como sinônimo de progresso, modernização, evolução.

O próprio Banco Mundial aponta as áreas ou mesmo os projetos específicos nos quais deseja investir, entre os quais estão: comunicação; energia; irrigação; agricultura; educação; serviços urbanos etc. Segundo pesquisas de Suárez (2005, p.03), “em 32 países existiam 45 operações de empréstimo realizadas desde 1990 para projetos cujo componente central foi uma ou mais linhas de ação da política de terras”. Somando-se projetos encerrados e em curso, observa-se a seguinte distribuição geográfica: a) América Latina e Caribe, 33,3%; b) Leste Europeu e a Ásia Central, 26,6%; c) leste da Ásia e região do Pacífico, 24,4%; d) África e Oriente Médio, 13,4%; e) sul da Ásia, 2,2%. Em todos os projetos apresentados aos países-membros, o que domina é a lógica da necessidade de ajuda externa, mediante a transferência de capitais e tecnologias.

O planejamento e meta de “alívio da pobreza” e “missão social”, termos corriqueiros nos relatórios oficiais do Banco Mundial, é construído a partir de ações que se propõem ao avanço das relações capitalistas, seja no campo ou na cidade. A “política de terras” do BM junto aos países subdesenvolvidos busca ser justificada a partir de propostas de “alívio” da pobreza rural, democratização do acesso à terra, fim dos conflitos agrários e prestação de assistência técnica e extensão rural ao homem do campo.

O Banco Mundial tem um papel político, financeiro e ideológico na contemporaneidade, sendo que seu poder de coerção e persuasão se faz valer “devido à sua condição singular de prestador, formulador de políticas, ator social e produtor e/ou veiculador de ideias sobre o que fazer, como fazer, quem deve fazer e para quem em matéria de desenvolvimento capitalista” (PEREIRA, 2009, p.01).

A política agrária do Banco Mundial tem como pressuposto o afastamento do Estado e o avanço das relações mercadológicas na economia. Além de transformar a paisagem rural e as relações de produção, é perceptível que os modos de viver e agir dos camponeses também são modificados em meio a um constante processo de mercantilização e capitalização das relações sociais.

O BANCO MUNDIAL E A RAM NO NORTE DE MINAS

Nas duas últimas décadas do século XX, houve um aumento da miséria na América Latina. Segundo as pesquisas de Manuel Domingos Neto (2004, p.29), entre os anos de 1986 a 1996, “o contingente de pessoas com renda de até US\$ 1/dia na América Latina e Caribe cresceu de 59 milhões para 84 milhões”. No campo, o agrupamento humano tido como extremamente pobre passou de 45,8% para 52,5% da população rural total, significando um incremento de 10 milhões de pessoas.

De acordo com Sérgio Leite e Rodrigo de Ávila (2007, p. 784), o Censo Agrícola Mundial de 1990, elaborado pela FAO (Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação), mostrou que a estrutura agrária da América do Sul (a pesquisa abordou apenas Brasil, Argentina, Paraguai e Colômbia) é extremamente desigual, sendo que apenas 1,03% dos proprietários detêm nada menos que 52,13% da extensão territorial.

Eraldo Filho (2008) indica que, nos últimos 15 anos, o Banco Mundial passou a centralizar suas ações na questão da terra, com foco na América Latina, onde opera desde 1949. Neste contexto, houve um alargamento das políticas agrárias neoliberais no que se refere à seleção dos proprietários rurais, organização dos negócios, cadastro e registro da propriedade da terra. Um dos resultados destas ingerências do BM tem sido o aumento da dívida externa, sendo que, de acordo com Mônica Dias Martins (2005, p.04), “ao final da década de 1980, as quinze nações mais endividadadas, entre elas dez da América Latina, transferiam maiores quantias ao Banco Mundial, via pagamento de juros, do que recebiam na forma de novos empréstimos.” Com a dívida elevada e renovada a cada ano por meio de novos empréstimos, parte das receitas dos países subdesenvolvidos servem para diminuir as pressões dos credores internacionais.

Para o Banco, a chave para solucionar o problema do campo reside na mercantilização do acesso à terra e no estímulo à titulação segura (leia-se fim das ocupações) como mecanismo de atração de investimentos privados para as áreas rurais. As políticas de terras neoliberais têm sido impostas pelo BM junto aos países credores na América Latina, África e Ásia.

A partir da última década do século XX, o Banco Mundial inicia, na América Latina, um modelo de distribuição de terras realizado a partir do mercado, no qual aconteceria uma compra, a ser paga em longo prazo, de terras dos latifundiários. A relação é de comprador e vendedor. Ao Estado caberia entrar com uma contrapartida de recursos financeiros a serem emprestados às famílias sem-terra e fixaria um preço limite para a aquisição de lotes, não participando de forma categórica do processo.

Este processo de compra e venda é realizado quando os sem-terra e minifundistas se organizam em associações que são responsáveis por negociar com os latifundiários. Após a aprovação do projeto, o recurso financeiro para a compra deve ser autorizado por uma unidade técnica governamental.

Nas entrelinhas da proposta do Banco Mundial, percebe-se que existe um descrédito quanto à reforma agrária realizada pelo Estado, sendo acusada de não produzir resultados satisfatórios e contribuir para aumentar os conflitos no campo. Segundo relatórios oficiais do Banco Mundial (1997, p.85), “a reforma agrária ‘negociada’ ou ‘assistida’ pelo mercado, está sendo desenvolvida na Colômbia, México, Guatemala e Brasil”.

No Brasil, esta forma de aquisição de terras se iniciou em 1997 a partir de um programa conhecido como Cédula da terra que operou em quatro estados do Nordeste: Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco; além do Norte de Minas Gerais. O projeto “beneficiou” cerca de 15 mil famílias, financiando a compra de 339 mil hectares a um custo total, por família, de R\$ 11.975,00 ou de R\$ 191,00 por hectare, entre os anos 1997 e 2002. Conforme o Banco Mundial (2003), o Programa Cédula da Terra (PCT) consumiu US\$ 45 milhões do Governo Federal, US\$ 1,9 milhões dos Governos Estaduais, US\$ 5,9 milhões das associações e US\$ 68,5 milhões do Banco Mundial.

Em paralelo ao Cédula da Terra, foi criado, em 1998, o programa Banco da Terra. Com a nova gestão do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em 2003, foram encerrados estes dois programas e anunciado o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que vem, anualmente, ampliando suas linhas de financiamento e transformando-se em uma política de Estado com recursos regulares do Orçamento Geral da União.

Estes três projetos passaram a ser denominados conjuntamente de “Reforma Agrária de Mercado” por movimentos sociais de luta pela terra que não acreditam na sua capacidade de gerar mudanças na estrutura fundiária nacional. Estas organizações, entre elas o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e a Via Campesina, acreditam que a RAM não é capaz de democratizar o acesso à terra no Brasil, sendo apenas uma medida compensatória que não resolve de fato o problema fundiário do país.

Todavia, a RAM tem sido aceita por organizações diversas como a mídia, poder público, fazendeiros e até mesmo por entidades representativas do sindicalismo rural, como a CONTRAF (Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadores na Agricultura Familiar no Brasil), a CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura) e a FETAEMG (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais). Essa harmonia de interesses entre Banco Mundial, União, burguesia agrária e setores sindicais tem contribuído para que o acesso à terra via compra e venda, com a mínima interferência do Estado, tenha ganhado, nos últimos anos, grande aceitação em detrimento da reforma agrária tradicional via desapropriação.

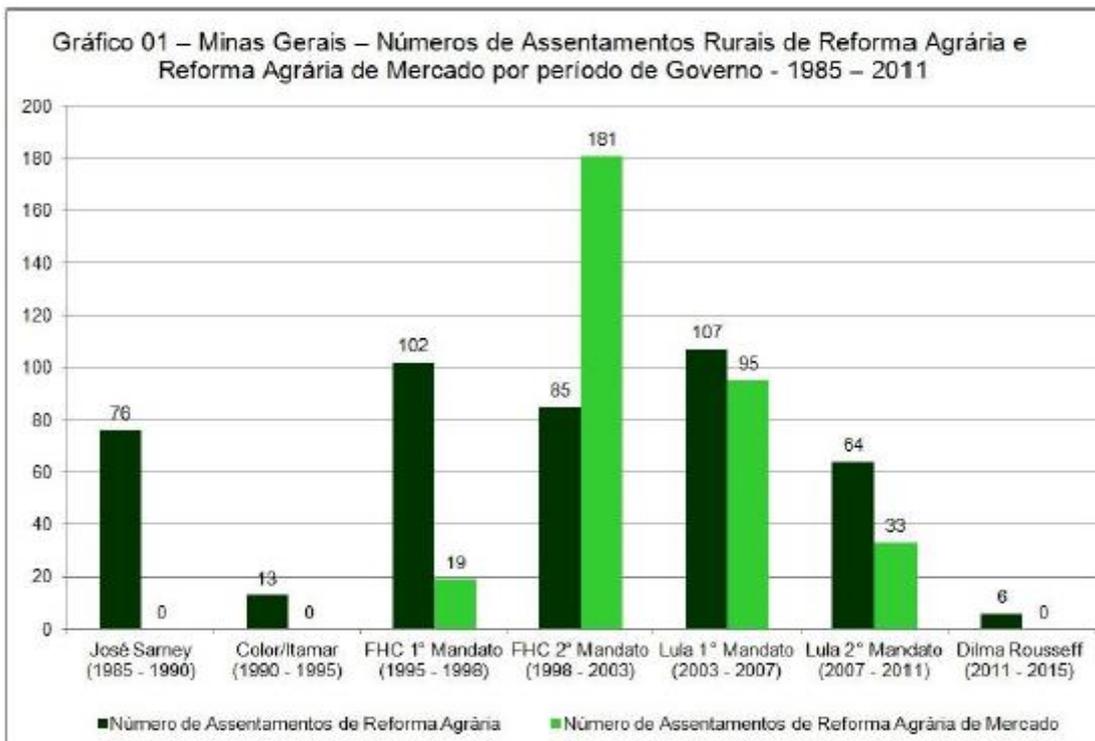
Existe uma recomendação do Banco Mundial (2001) para a descentralização das instâncias decisórias e administrativas no objetivo de transferir para os trabalhadores e suas associações a responsabilidade pela “construção da cidadania”. Principalmente em regiões consideradas atrasadas economicamente e/ou marcadas por tensões sociais, os discursos midiáticos e empresariais propalam o descrédito na capacidade do Estado em conduzir o processo de desenvolvimento e a necessidade de a sociedade civil fortalecer sua participação política. Se, por um lado, é válida, urgente e um direito constitucional a integração da sociedade civil nas questões que afetam diretamente a vida de moradores/trabalhadores de um país, por outro, não se pode isentar o Estado de suas responsabilidades na condução de políticas públicas e, em particular, na garantia de reforma agrária que beneficie os camponeses que usam a terra para trabalho e moradia.

As pessoas que não têm terras veem, no financiamento do lote agrícola, uma facilidade para ter acesso rápido a este bem, mesmo que, na prática, o processo seja moroso e burocrático. O histórico de violência física e simbólica de famílias que ocuparam terras de latifundiários contribui para que muitas pessoas abandonem movimentos sociais do campo (o MST, por exemplo) e encontrem, na compra da terra, uma alternativa de terem o seu “pedaço de chão”.

Em Minas Gerais, o Crédito Fundiário tem sido divulgado como estratégia capaz de solucionar os problemas daqueles que necessitam de terras para plantar e colher. Tal programa consiste em financiar o acesso ao lote agrícola por meio de associações por um prazo de até 20 anos, incluindo três de carência, e com um limite de crédito de 80 mil reais com taxas de juros de 2% a 5% ao ano; os pagamentos em dia e a terra negociada abaixo do preço de mercado recebem descontos de até 50% (PNCF, 2016). Os recursos podem ser utilizados para a aquisição da terra (Subprojeto de Aquisição de Terra- SAT) e em projetos de infraestrutura comunitários (Projetos de Infraestrutura Comunitários-SIC).

É interessante destacar que, de acordo com o Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF, 2016), “o potencial beneficiário deve ter, no mínimo, cinco anos de experiência rural nos últimos 15 anos” que serão comprovados pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais e Conselheiros Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS). A cobrança de experiência no campo busca selecionar candidatos que, por já conhecerem a lida no campo, estariam mais aptos a se capitalizarem e adotarem uma agricultura mercantil capaz de gerar divisas para o pagamento das parcelas da terra adquirida. Em suma, o trabalho e produção agrícola não devem suprir apenas o autoconsumo familiar, uma vez que a adoção de uma lógica empresária e rentista da terra é imprescindível para a permanência do trabalhador na propriedade.

O gráfico abaixo revela um vertiginoso crescimento do mercado de terras no Estado de Minas nos últimos anos.



Org: FREITAS e VITOR, 2012, p.08.

O programa Cédula da Terra, segundo Sérgio Sauer (2004, p. 41), teve um custo total estimado em US\$ 150 milhões, sendo US\$ 45 milhões recursos aportados pelo Governo Federal para a aquisição da terra. O empréstimo do Banco Mundial foi de US\$ 90 milhões, que deveriam ser utilizados para financiar investimentos comunitários complementares. Do restante dos recursos, US\$ 6 milhões foram alocados pelos governos estaduais e US\$ 9 milhões correspondiam à contrapartida das comunidades, principalmente sob a forma de trabalho. Em Estado de Minas Gerais o “programa conta com 41 projetos envolvendo em torno de 1.424 famílias, que se distribuem em projetos localizados no norte, nordeste e noroeste (...) sendo que a região norte é onde se concentra a maior parte das ações do programa” (SAUER; VICTOR, 2002, p.34).

Somando a quantidade de mutuários dos programas Cédula da Terra e Banco da Terra aos assentados pela reforma agrária “tradicional”, o governo de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002) forjou um discurso de que houve, no Brasil, a “maior experiência de reforma agrária de mercado do mundo”, tanto em número de famílias “beneficiadas” quando em volume de recursos gastos.

Com a adoção da RAM pelos governos brasileiros desde a década de 1990, o país tem se tornado uma referência mundial na “reforma assistida pelo mercado”. Como a questão da terra é a “menina dos olhos” do BM, o Brasil vem centralizando, dentro da América Latina, vultosos recursos para perpetuar a cartilha neoliberal de acesso à terra.

A RAM está presente em todas as regiões do Brasil. Em Minas Gerais, Estado que foi, junto com o Nordeste, pioneiro no programa Cédula da Terra no país, vem crescendo o número de pessoas que aderem a associações com o objetivo de financiar terras. Se o pioneirismo coube ao Norte de Minas com o Cédula da Terra, atualmente, com o PNCF, todas as regiões do Estado estão integradas à RAM, como podemos observar no mapa abaixo.



Como a região é marcada historicamente pela concentração de terras e de renda e por conflitos fundiários, fato que a assemelha ao Nordeste brasileiro, a RAM, iniciada no governo FHC e continuada no governo Lula, supostamente promoveria uma redução dos conflitos agrários e uma melhoria na qualidade de vida das pessoas.

A intervenção do Banco Mundial no Norte de Minas remete à segunda metade do século XX por intermédio de obras de comunicação, transporte, energia e agricultura irrigada supostamente visando ao “desenvolvimento regional” e sua integração à dinâmica econômica nacional.

No início deste século, houve uma alteração na forma de planejar e agir do BM no país e, no caso específico, no Norte de Minas. De acordo com a racionalidade dos técnicos do Banco Mundial, com a “reforma agrária assistida pelo mercado”, procurar-se-ia privilegiar a descentralização das ações, a participação das comunidades e a transparência em detrimento das ações que até então eram realizadas “de cima para baixo”. Como as medidas de modernização agrícola patrocinadas pelo BM na região norte-mineira acabaram por aumentar as desigualdades sociais, o desemprego e o êxodo rural (CARDOSO, 2000), este órgão financeiro procurou a participação da sociedade civil, norteada por uma lógica capitalista para a realização da reforma agrária como uma das possibilidades de geração de emprego e renda.

Existe um “desvio semântico”, proporcional e abusivo, por parte do governo brasileiro em colocar a reforma agrária de mercado como sinônimo de reforma agrária, o que nos parece uma temeridade. Em entregas de terras, muitas vezes com a presença de lideranças políticas no intuito de parecer que houve uma doação de lotes agrícolas por parte do Estado aos necessitados, muitos grupos políticos e empresariais procuram assimilar o financiamento de terras como reforma agrária. Isso pode ser notado na reportagem abaixo, divulgada pela FETAEMG:

O sonho de possuir terra para produzir foi concretizado em Bocaiuva, no Norte do Estado. Sessenta famílias da comunidade rural de Água Boa foram contempladas pelo Programa Nacional de Crédito

Fundiário (PNCF) e receberam, na última sexta-feira (20), a escritura de suas terras. O PNCF financiou a compra de 807,24 hectares pela linha de Combate à Pobreza Rural (CPR), que prevê juros de 0,5% ao ano para inscritos no Cadastro Único do Governo Federal, e que vão acessar a terra de maneira associativa. O ministro do Desenvolvimento Agrário (MDA), Patrus Ananias, entregou a escritura aos novos donos das propriedades. Ele garantiu que a prioridade principal da pasta é a reforma agrária. A solenidade também marcou a assinatura de dois convênios do MDA com o estado de Minas Gerais: um para operacionalizar o PNCF no estado e outro para assegurar a prestação de assistência técnica local pelos próximos cinco anos. Ao todo, serão investidos quase R\$ 4 milhões, entre convênios e escritura, em benefício de mais de 4,6 mil famílias de agricultores (FETAEMG, 2015).

O grande investimento em propaganda tem o objetivo de criar um consenso social quanto à importância e, até mesmo, necessidade da “reforma agrária assistida pelo mercado”. Ao privilegiar o sonho e a expectativa do trabalhador de possuir uma terra própria, a reportagem acima procura criar, na opinião pública, uma visão otimista quanto à realidade do campo norteadada pela mercantilização do acesso à terra.

Diante da dificuldade e lentidão em se realizar uma reforma agrária pela via constitucional, a alternativa proposta (ou imposta?) pelo Banco Mundial tem-se tornado hegemônica, no sentido de domínio político e ideológico, e aceita quase que acriticamente por amplos setores que compõem a sociedade. Podemos perceber essa questão a partir do discurso de uma liderança rural ao noticiar a reativação do PNCF em um município norte-mineiro:

No último dia 29 de maio aconteceu reunião dos agricultores familiares com o sindicato da categoria e com a Associação dos Agricultores Familiares do Rio Verde Grande, quando foi anunciado, pelo presidente do Sindicato, Carolino Lopes Guerra, a reativação do Programa Crédito Fundiário, no município de Jaíba. Carolino anunciou a possível aquisição da Fazenda União, no município de Jaíba, para assentar 35 agricultores da associação. Carolino salientou que “hoje podemos dar prosseguimento a este trabalho dignamente, dando possibilidades ao pequeno produtor para comprar sua propriedade. Nós precisamos deste recurso para viver dignamente” (JORNAL DA SERRA GERAL, 2011, p.04).

Conhecido em âmbito nacional principalmente pelas longas estiagens e problemas sociais, o Norte de Minas torna-se, ao longo do século XX, a “região-problema” do Estado. Partindo deste contexto, a RAM é promovida e aceita como “recurso para viver dignamente” devido à falta de políticas públicas que promovam o desenvolvimento social.

OUTRAS MEMÓRIAS: NÚMEROS E HISTÓRIAS DOS MUTUÁRIOS DA RAM

Diversos pesquisadores vêm procurando evidenciar os limites e contradições da RAM no país. A criação do termo “reforma agrária de mercado”, forjada pelo BM, procura despolitizar a distribuição de terras na América Latina, removendo-a para o

reino do mercado. Além de despolitizar a reforma agrária, João Márcio Mendes Pereira indica que os programas orientados pelo Banco Mundial:

a) Não contribuem para democratizar a estrutura agrária, nem é esse o seu objetivo, pois foram criados para tão-somente aliviar de maneira seletiva os efeitos sociais negativos provocados pelas políticas de ajuste estrutural; b) não têm condições de minimamente atender à demanda por terra existente, porque são desprovidos da capacidade de ganhar escala social em razão do pagamento em dinheiro a preços de mercado; c) pela mesma razão são caros, o que os condena a serem programas de pequena dimensão socioeconômica, completamente incapazes de atender à magnitude do problema agrário existente; d) introduzem modificações de longo prazo no aparato estatal responsável pelo tratamento do problema agrário, alimentando a lógica de ataque político-ideológico ao papel redistributivo do Estado (PEREIRA, 2004, p.20).

Na prática, a RAM vem beneficiando o vendedor (o fazendeiro) e não o comprador (o sem-terra), devido ao fato de que o primeiro vende uma terra de má qualidade, da qual há anos, queria se desfazer, com o preço elevado. O comprador, com o tempo, terá problemas para saldar a dívida devido às dificuldades de produzir e comercializar. Assim, terras que não cumprem a sua função social (art. 5º e 184, da Constituição Federal, respectivamente) e que são passíveis de desapropriação são vendidas a preços inflacionados aos camponeses. Quando as terras são melhores, existe uma supervalorização do seu preço (ou seja, ultrapassa o limite de 80 mil), tornando impossível, segundo o discurso dos órgãos oficiais do governo, a sua compra.

Pesquisas realizadas pela Via Campesina (2006) e Eraldo Filho (2008) com 1.677 famílias mutuários da RAM em 161 municípios brasileiros localizados em 13 estados da federação, entre os anos de 1997 e 2005, indicam que:

Apesar da maioria (65%) opinar que as promessas de investimentos em benfeitorias ou produção foram cumpridas, apenas 26% consideram que foi realizado totalmente e 39 por cento parcialmente. E ainda, na opinião de 29 por cento dos mutuários as promessas não foram cumpridas. Há a reclamação do não cumprimento dos investimentos em benfeitorias ou produção, sobretudo das famílias mutuárias das regiões Centro-Oeste e Sudeste (63% e 49%, respectivamente). De alguma forma, esta questão está diretamente relacionada com a implantação da infraestrutura. Os principais problemas relacionam-se com a ausência de energia elétrica (20%), de água potável (27%), de escolas ou creches (48%) e de água para produção ou irrigação (74%), a inexistência de postos de saúde (76%), ambulâncias (72%), agentes de saúde (29%) e transporte escolar (22%). Observa-se ainda a falta de assistência técnica especializada tendo em vista que apenas 14% recebem regularmente a visita de algum técnico (FILHO, 2008).

A pesquisa indicou ainda que a corrupção na implantação dos projetos, compra de propriedades passíveis de desapropriação para reforma agrária, superfaturamento dos projetos, dentre outros questionamentos, colocam em dúvida a “transparência” propalada pelo BM. Os principais interlocutores da compra e venda de terras não foram os camponeses ou suas associações, mas, sim, os antigos proprietários, prefeituras locais e políticos que, ao se aproveitarem das carências dos trabalhadores, reproduzem práticas

de favores (inclusive o voto) e dependência que, historicamente, caracteriza o Brasil rural e, em particular, o Norte de Minas.

Além da obrigação de pagar as parcelas da RAM, o agricultor deve gerar excedentes e divisas para o sustento da família (vestuário, alimentação etc.) e para a manutenção do lote (adubos, maquinários...). Na prática, existe uma monetarização do trabalhador rural dentro de uma dinâmica na qual ele deve passar de simples “agricultor” para “empresário rural”.

As dificuldades são encontradas desde a terra a ser adquirida (uma vez que esbarram em limites de valores da agência financiadora, qualidade e localização das terras etc.) até a permanência devido à falta de condições para plantar e comercializar a produção. Segundo o pensamento liberal, largamente propalado neste tipo de projeto, os que não conseguem sobreviver no lote agrícola não o fazem devido ao fato de não terem se esforçado, uma vez que o Estado, em tese, ofereceu as condições necessárias para a sobrevivência de cada família.

A morosidade e burocracia para acesso a planos governamentais voltados para a agricultura familiar, a qualidade da terra, muitas vezes ruim, as dificuldades de produção (como falta de recursos para financiar máquinas e defensivos agrícolas, escassez hídrica, entre outras) e comercialização (seja devido à distância dos centros consumidores, pela presença de atravessadores que impõem o preço da mercadoria, falta dos meios de transporte e locais de armazenamento, estradas ruins etc.) fazem com que muitas famílias se tornem inadimplentes devido à falta de condições de pagar as taxas de financiamento da terra.

Em conversas com agricultores norte-mineiros, observamos que são vários os entraves e contradições do modelo de desenvolvimento rural do BM. Como caso representativo, descrevemos a entrevista realizada com Elton dos Santos Carvalho, presidente da Associação dos Trabalhadores rurais Nova Esperança de Jaíba, que relata como ocorreu a compra da terra e as dificuldades para se permanecer no lote agrícola:

Foi uma dificuldade tremenda pra comprar a terra, vários orçamentos que a gente levou, de várias fazendas, chegava lá (nos representantes do Estado) e eles falava que num dava porque tava cara. Aí a gente conseguiu uma terra ruim, muito arenosa, com um preço em conta, que servia só pra fazer farinha, plantar mandioca e criar bode. No dia 11 de setembro de 1998, nós recebemos a solenidade de posse. Mas eles falaram que os créditos pra benfeitoria iam ser liberados de imediato e num liberou. Aqui num tem água pro consumo humano e nem pra criar um porquim, e sem crédito e água como nós vai produzir? (CARVALHO, 2014).

Após longo tempo procurando terras para comprar, a associação de Elton encontra uma de qualidade que não correspondia às suas expectativas. Logo após entrar no lote, as dificuldades foram grandes para nele permanecer, o que mostra que a “reforma agrária de mercado” não é capaz de satisfazer as necessidades do homem do campo e que se faz necessária e urgente uma maior atuação do Estado.

No relatório de pesquisa intitulado “*Estudo sobre a política do Banco Mundial para o setor agrário brasileiro com base no Projeto Cédula da Terra*”, Sauer e Vitor (2002) evidenciaram a realidade de alguns empreendimentos do PCT no Norte de Minas Gerais

Um dos projetos situados no município de Jaíba, Projeto Califórnia I (...) um grande número de famílias já abandonou suas terras, principalmente pela falta de crédito e pela qualidade ruim do solo,

comprometendo a auto sustentação das famílias. (...) O Projeto Chácara/Terra Branca, localizado em Bocaiúva, (...) elaborado para 30 famílias (...) até o momento (dois anos após a compra da terra), nenhum recurso para infraestrutura ou projetos produtivos foi liberado e somente 8 famílias cultivam hortas e roças no local, sem nenhuma assistência técnica e em pequenos lotes demarcados por elas mesmas. (...) O Projeto Fazenda Acary, projeto localizado no município de Pintópolis, (...) é um projeto apontado pela SUDENOR como modelo em Minas Gerais. A primeira prestação dessas famílias deveria ser paga em agosto de 2001 e nenhuma família pagou por falta de recursos e inúmeras dificuldades do projeto, comprometendo a auto sustentação dessas famílias. Em relação as pessoas entrevistadas, a maioria eram homens chefes de família, sendo que mais da metade tinha idade entre 41 e 50 anos. Alguns eram analfabetos (SAUER; VITOR, 2002, p. 34).

As informações acima indicam que existe uma preponderância em financiamentos de terras de baixa qualidade, o que compromete a produção de alimentos para o sustento familiar e a geração de poupança e reserva para o pagamento das prestações do financiamento do imóvel rural. As longas estiagens no Norte de Minas, falta de assistência técnica e crédito são agravantes que dificultam a quitação das parcelas, ou seja, os sujeitos têm a terra para trabalhar, todavia não possuem recursos.

O fato de muitos serem analfabetos contribui para que, ao não lerem os detalhes do contrato da RAM, sejam ludibriados por políticos ou fazendeiros (muitos destes estão por trás da formação de associações que, logo após a aprovação de aquisição da terra, são desfeitas) que não divulgam os deveres do mutuário e outras partes do contrato (taxas de juros, número de prestações, penalidades previstas caso não honrem compromissos com o banco, etc.), apenas a possibilidade da realização do sonho de ter uma terra.

Ressaltamos que os trabalhadores não se posicionaram contra o financiamento de terras, principalmente devido à falta de perspectivas políticas e sociais de uma reforma agrária constitucional e urgência de viverem no/do campo. A condição de desemprego, pobreza, subordinação aos ditames de um patrão e/ou a possibilidade de ter uma habitação própria contribuem para que muitas pessoas afirmem que a vida melhorou após a entrada nos projetos de RAM. Porém, possuem uma avaliação crítica em relação à falta de infraestrutura física e social nas terras adquiridas.

O sentidos e significados de ter uma terra própria (liberdade, sociabilidades, status, trabalho, moradia, lazer, segurança, direitos, maior controle do tempo e autonomia) contribui para que, em todo o Brasil, diversas pessoas vejam na RAM uma alternativa rápida e “legal” de saírem da condição de pobreza e miséria que se encontram. Mesmo com todas as dificuldades encontradas no financiamento do imóvel rural, o número de desistências é menor do que aqueles que resolveram permanecer nos empreendimentos da RAM. Isso se explica pela esperança de que “as coisas vão melhorar” e pelo temor de que a situação, que já não é satisfatória com a posse de um lote agrícola, possa piorar com a saída da terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar da conhecida disponibilidade de terras agricultáveis no Brasil, cerca de 4,5 milhões de famílias de agricultores estão na espera por um estabelecimento rural. A negação do direito à moradia e ao trabalho, que poderiam ser proporcionados pelo Revista Desenvolvimento Social Nº 18/01, 2016. (ISSN 2179-6807)

acesso à terra, faz com que sejam constantes as notícias de ocupações de grandes latifúndios, violência e/ou mortes de camponeses por jagunços a mando de fazendeiros, crescimento do êxodo rural e longas marchas de trabalhadores(as) com destino a Brasília na busca por políticas agrícolas eficazes e eficientes.

Diante da morosidade e incapacidade do Estado em solucionar a questão agrária nacional, muitas pessoas vêm direcionando esforços para a compra de terras por intermédio da RAM. Contudo, as evidências históricas elencadas neste trabalho nos permitem ponderar que a garantia de direitos e a diminuição das desigualdades socioeconômicas não é uma coisa que acontece de forma espontânea, pela ação do mercado. Em um país como o Brasil, em que menos de 50 mil pessoas detêm mais da metade das terras, todavia emprega apenas 25% da mão de obra no campo, é imprescindível um Estado forte na busca pelo desenvolvimento social.

A atuação do Banco Mundial e do Estado brasileiro vem sendo alvo de diversas análises, críticas e resistências. Alguns movimentos do campo defendem a reforma agrária por meio da desapropriação realizada pelo Estado, outros não exigem o fim do financiamento e sim maiores prazos e limites, negociações etc.

Em Minas Gerais, existem movimentos que contestam a racionalidade e planejamento da RAM, o que não significa, necessariamente, que preguem a sua extinção. Em 2003 surgiu, em alguns municípios da mesorregião do Triângulo Mineiro/Alto Paranaíba, o Movimento dos Atingidos pela Reforma Agrária de Mercado (MARAM) que tem como objetivos discutir a mercantilização da terra, propor melhorias para os territórios nos quais os camponeses estão inseridos e, principalmente, contribuir na resolução dos conflitos envolvendo a incapacidade do pagamento da dívida do financiamento dos mutuários.

No Norte de Minas, as posições são mais críticas e radicais levadas a cabo pelo MST e pela Liga dos Camponeses Pobres do Norte de Minas (LCP-NM) que propõem um modelo de desenvolvimento rural com maior participação do Estado e a desapropriação como forma de democratização do acesso à terra.

Após as análises aqui apresentadas consideramos que a chamada RAM não é capaz de solucionar os problemas de desigualdade social e concentração de renda e terra existentes no Brasil, simplesmente porque afasta o Estado da economia e coloca a questão fundiária em uma lógica capitalista onde somente tem acesso à terra aqueles que possuem condições financeiras de compra-la. Quando o Estado se omite perante a questão social, transferindo essa responsabilidade para o campo mercadológico, é evidente que algo necessita de revisão já que o mercado não é capaz de resolver problemas criados por ele próprio.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA MINAS. **Conselho Estadual já aprovou mais de R\$ 37 milhões em crédito fundiário rural.** Disponível em <http://www.agenciaminas.mg.gov.br/noticia/conselho-estadual-ja-aprovou-mais-de-r-37-milhoes-em-credito-fundiario-rural>.

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS. **Liberação de crédito fundiário é dificultado pela burocracia.** 2010. Disponível em: <http://almg.jusbrasil.com.br/noticias/2654572/liberacao-de-credito-fundiario-e-dificultada-pela-burocracia>.

CARDOSO, José Maria. A região Norte de Minas Gerais: um estudo da dinâmica de suas transformações regionais. In: Oliveira, Marcos Fábio Martins de; RODRIGUES, Luciene. **Formação social e econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Unimontes, 2000.

CARVALHO, Elton dos Santos. Entrevista realizada no dia 15/07/2014.

FEDERAÇÃO DOS TRABALHADORES NA AGRICULTURA DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Famílias recebem escrituras pelo Programa Nacional de Crédito Fundiário**. 2015. Disponível em: <http://www.fetaemg.org.br/noticias/familias-rurais-passam-recebem-escrituras-pelo-programa-nacional-de-credito-fundiario>

FILHO, Eraldo da Silva Ramos. **A Via Campesina Brasil e a avaliação da primeira década de impactos da reforma agrária do Banco Mundial**. Diez años de cambios en el Mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008 <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/263.htm>.

FREITAS, Ricardo Luís de, VITOR, Fabiane Borges. **Atualidade da reforma agrária em Minas Gerais: uma análise dos tipos de assentamentos rurais**. In: XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2012, ISSN:1983-487X.

JORNAL DA SERRA GERAL. **Prefeitura de Jaíba reativa Programa Crédito Fundiário**. Sábado, 11 de junho de 2011. Ano XIV. Número 1.128.

LEITE, Sérgio Pereira; ÁVILA, Rodrigo Vieira de. **Reforma agrária e desenvolvimento na América Latina: rompendo com o reducionismo das abordagens economicistas**. Revista RER. Rio de Janeiro. Vol. 45, nº 03, p. 777-805, jun/set. 2007.

MARTINS, Mônica Dias. **O Banco Mundial e as políticas públicas na América Latina**. In: XXV Congresso da Associação Latino-americana de Sociologia, 2005, Porto Alegre. Desenvolvimento, crise e democracia na América Latina, 2005. v. 1.

MENDONÇA, Maria Luisa, RESENDE, Marcelo. Apresentação. In: MARTINS, Mônica Dias. **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. **Programa Nacional de Crédito Fundiário**. Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/sra-crefun/como-funciona-o-pncf>.

NETO, Manuel Domingos. O “Novo Mundo Rural”. In: MARTINS, Mônica Dias. **O Banco Mundial e a terra: ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia**. São Paulo: Viramundo, 2004.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O Banco Mundial como ator político, intelectual e financeiro (1944-2008)**. Tese (Doutorado em História). Niterói, RJ: Universidade Federal Fluminense. 2009.

PEREIRA, João Márcio Mendes. **O modelo de reforma agrária de mercado do Banco Mundial em questão:** o debate internacional e o caso brasileiro. Teoria, luta política e balanço de resultados. Rio de Janeiro, 2004. Dissertação (Mestrado) — CPDA, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

SANTOS, Reili Amon-Há Vieira dos. **Concentração da posse da terra e o Programa Nacional de Crédito Fundiário-** Uma análise para o Estado do Rio Grande do Norte, 2006-2012. Dissertação (Mestrado em Economia). Rio Grande do Norte: Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2012.

SAUER, Sérgio. A terra por uma cédula: estudo sobre a “reforma agrária de mercado”. In: In: MARTINS, Mônica Dias. **O Banco Mundial e a terra:** ofensiva e resistência na América Latina, África e Ásia. São Paulo: Viramundo, 2004.

SAUER, Sérgio; VICTOR, Andréa Dias. **Estudo sobre a política do Banco Mundial para o setor agrário brasileiro com base no caso do Projeto Cédula da Terra.** Brasília, 2002. 140 p. (Relatório de Pesquisa).

SUÁREZ, S. M. **Política de tierras y desarrollo rural del Banco Mundial.** FIAN Internacional, janeiro, 2005.

VIA CAMPESINA. **A Armadilha Do Crédito Fundiário Do Banco Mundial.** São Paulo: Rede Social de Justiça e Direitos Humanos/Rede Terra de Pesquisa Popular/ Via Campesina. 2006.

WORLD BANK. **Rural well-being- From vision to action.** Proceedings of Fourth Annual Bank Conference on Environmentally Sustainable Development. Washington: DC, World Bank, 1997.

WORLD BANK. **Rural development: from vision to action — a sector strategy.** Washington D.C., 1997.

WORLD BANK. **Rural development strategy and action plan for the latin américa and caribbean region.** Vol. 1. New York, set, 2001.

WORLD BANK. **Land policies for growth and poverty reduction.** Washington D.C., World Bank, 2003a.

Recebido para publicação em 1 de setembro 2016
Aceito para publicação em 25 de novembro de 2016